



STF confirma constitucionalidade da Lei da Igualdade Salarial

A maioria do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela constitucionalidade da Lei nº 14.611/2023, conhecida como Lei da Igualdade Salarial, que estabelece mecanismos para garantir igualdade de remuneração e critérios remuneratórios entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A decisão também confirmou a validade da exigência de publicação dos relatórios de transparência salarial por empresas com mais de 100 empregados.

O julgamento ocorreu nesta quinta-feira (14), no âmbito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7612 e 7615, movidas por entidades patronais contra dispositivos da legislação. O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, votou pela constitucionalidade integral da norma, entendimento acompanhado pela maioria da Corte.

A legislação determina que empresas publiquem relatórios semestrais com informações salariais e critérios remuneratórios, preservando dados pessoais protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O objetivo é ampliar a transparência e permitir a identificação de desigualdades salariais entre homens e mulheres.

Para a presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT Brasil, Juvandia Moreira, a decisão do STF representa uma vitória importante para as trabalhadoras brasileiras e reforça o papel do Estado no enfrentamento às desigualdades estruturais de gênero.

“A desigualdade salarial entre homens e mulheres é uma realidade histórica no Brasil, inclusive no sistema financeiro. A decisão do STF reafirma que combater essa distorção é uma obrigação constitucional e que transparência é fundamental para enfrentar práticas discriminató-



rias que muitas vezes ficam invisíveis dentro das empresas”, afirmou.

Juvandia destacou ainda que a divulgação dos relatórios salariais cria instrumentos concretos para a atuação sindical e para a fiscalização social. “Não existe igualdade sem transparência. Os relatórios permitem identificar disparidades, cobrar explicações das empresas e pressionar por mudanças efetivas. É um avanço importante para a luta das mulheres trabalhadoras”, acrescentou.

A secretária da Mulher da Contraf-CUT, Fernanda Lopes, ressaltou que a decisão do STF fortalece a luta por equidade no mundo do trabalho e ajuda a enfrentar mecanismos históricos de discriminação. “Muitas mulheres exercem as mesmas funções, têm a mesma qualificação e produtividade, mas continuam recebendo menos. Essa desigualdade é estrutural e afeta diretamente a autonomia econômica das mulheres. A decisão do Supremo fortalece a luta pela equiparação salarial e amplia instrumentos para combater práticas discriminatórias”, disse.

Fernanda observou ainda que a desigualdade salarial também possui recortes raciais. “As mulheres negras seguem sendo as mais penalizadas pelo mercado de trabalho.

Por isso, garantir transparência salarial é também uma medida de enfrentamento ao racismo estrutural e às múltiplas formas de discriminação”, completou.

A advogada Phamela Godoy, assessora jurídica da Contraf-CUT especializada em questões de gênero, avaliou que a decisão do STF consolida a compreensão de que igualdade salarial é um direito fundamental e legítima mecanismos de fiscalização coletiva.

“O Supremo reconheceu que a transparência salarial é compatível com a Constituição e não viola a livre iniciativa nem a proteção de dados pessoais. Pelo contrário: a publicidade dos relatórios é um instrumento legítimo para prevenir e combater discriminações históricas contra as mulheres no mercado de trabalho”, explicou.

Resumo da decisão

- Corte reconheceu obrigação de divulgação de relatórios salariais;
- Contraf-CUT avalia decisão como avanço histórico para as mulheres;
- Dirigentes destacam importância da transparência e fiscalização;
- Advogada aponta que decisão fortalece instrumentos contra discriminação de gênero.

Fonte: CUT



Fim da escala 6x1: pesquisadora rebate “terrorismo” contra redução da jornada

A proposta de redução da jornada de trabalho e o debate sobre o fim da escala 6x1 seguem ganhando força no país e reacendem um antigo embate entre trabalhadores e setores empresariais. Enquanto entidades sindicais defendem melhores condições de vida, saúde e valorização profissional, representantes do empresariado afirmam que mudanças na jornada poderiam provocar demissões, aumento da inflação e fechamento de empresas.

Para a pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, Marilane Teixeira, esse tipo de discurso se repete historicamente sempre que direitos trabalhistas entram em pauta. Em entrevista à Contraf-CUT, a economista classificou os argumentos como uma forma de “terrorismo econômico” utilizado para frear avanços sociais.

Segundo ela, previsões semelhantes foram feitas quando o Brasil debateu direitos hoje considerados fundamentais, co-

mo férias remuneradas, 13º salário e políticas de valorização do salário mínimo. Marilane lembra que empresários chegaram a afirmar, em diferentes períodos da história, que esses direitos quebrariam empresas e aumentariam o desemprego, o que não se confirmou na prática.

A pesquisadora destaca ainda que a discussão sobre redução da jornada precisa considerar as transformações do mundo do trabalho e os impactos da sobrecarga sobre a saúde dos trabalhadores. Dados recentes apontam crescimento significativo dos afastamentos relacionados ao adoecimento mental, estresse e esgotamento profissional.

Na avaliação da professora, manter jornadas extensas e escalas desgastantes não significa necessariamente aumento de produtividade. Pelo contrário, ela defende que jornadas mais equilibradas podem melhorar a qualidade de vida, reduzir adoecimentos e até aumentar a eficiência no ambiente de trabalho.

Marilane também rebate os argumentos de que a redução da

jornada provocaria recessão econômica ou queda do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo ela, a manutenção dos salários preserva o consumo das famílias e mantém a circulação da economia.

A pesquisadora citou ainda experiências internacionais, como a do Chile, que reduziu sua jornada de trabalho sem registrar impactos negativos sobre emprego, renda ou crescimento econômico. Para ela, esses exemplos demonstram que é possível conciliar desenvolvimento econômico com melhores condições de trabalho.

O debate sobre o fim da escala 6x1 vem sendo defendido por centrais sindicais e movimentos sociais como uma medida de valorização humana, fortalecimento da saúde mental e melhoria das relações de trabalho. A pauta também dialoga com reivindicações históricas da classe trabalhadora por mais tempo de descanso, convivência familiar e qualidade de vida.

Com informações repassadas pela CUT.

Seminário da CUT lança campanha permanente contra o feminicídios

Atividade híbrida marca adesão da CUT ao Pacto Nacional “Brasil Contra o Feminicídio” e apresentará ações da campanha “Pela Vida das Mulheres, a Luta é de Todos”

[Matéria completa em cut.org.br](http://cut.org.br)

CAMPANHA DE COMBATE AO FEMINICÍDIO

PELA VIDA DAS MULHERES, A LUTA É DE TODOS